

APRESENTAÇÃO

A *Fronteiras: Revista de História* tem o prazer de apresentar a primeira parte do dossiê sobre *Territórios e Fronteiras do Ensino de História*. O presente dossiê é um convite a reflexão sobre os territórios do ensino de História no mundo contemporâneo, agregando estudiosos de diferentes partes do país e instituições de ensino.

Currículos, formação de professores, livros didáticos, patrimônio cultural, direitos humanos, diversidade étnico-racial são temas que marcam as reflexões acerca dos lugares do ensino da história entre diferentes territorialidades e limites (sempre em expansão e híbridos).

Em razão da diversidade que constitui o campo e das demandas recebidas para a publicação, a partir da chamada pública lançada em meados de 2015, a temática será contemplada no próximo número da revista, o que evidencia a relevância do tema do Ensino de História para a formação e prática dos historiadores e professores.

Abrindo esse número, o artigo *Ensino de História numa perspectiva dos direitos humanos: métodos e abordagens possíveis no ambiente escolar*, de Douglas Orestes Franzen, discorre sobre a relação entre escola e direitos humanos a partir do ensino de História, um assunto muito atual para o debate sobre currículos. Nesse sentido, a disciplina de História tem muito a colaborar e, principalmente, a problematizar, pois que a noção de direitos humanos está inserida numa conjectura de problematizações e contextos que ressaltam uma noção de cidadania e consciência histórica.

Em *O livro didático de História e questão da identidade nacional brasileira ao longo do período republicano: a fronteira entre rupturas e continuidade*, Gilmara Yoshihara Franco e Carlos Alexandre Barros Trubiliano elegem a produção didática em História para abordar as tramas da identidade nacional brasileira e investigam como esta ferramenta pedagógica pode ser observada como espaço de disputas por representação entre os diversos grupos que compõem a sociedade brasileira.

No artigo *Currículo, material didático e avaliação: um estranho triângulo no ensino de História do Estado de São Paulo*, Vitória Azevedo Fonseca, a partir da comparação dos materiais oficiais que orientam a atuação dos professores de História na Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo (*Currículo de São Paulo, São Paulo Faz Escola e Matriz de Referência do SARESP*), apresenta análise do uso do termo “habilidades” e as propostas para sua aplicação prática indicando as suas inconsistências e impossibilidades no contexto do ensino de História.

No ensaio *Memória e patrimônio na aula de História: o uso do monumento histórico-cultural na aprendizagem histórica*, Jaqueline Zarbato e Caio Vinicius dos Santos analisam os usos do patrimônio cultural na história ensinada, a partir de atividade realizada na prática de ensino de história, cujo objetivo era refletir sobre a representação cultural de determinado monumento histórico em consonância com a observação, participação e preservação, bem como com a interpretação por parte dos sujeitos que estudam história.

Osvaldo Mariotto Cerezer e Selva Guimarães, em *Formação de professores de História e ensino de história afro-brasileira e indígena*, apresentam um estudo sobre a implementação das Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08 e as respectivas Diretrizes curriculares nos cursos de Licenciatura em História de três universidades públicas do Estado de Mato Grosso, destacando os impactos na formação inicial de professores e no ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em escolas da educação básica.

O artigo *A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: reflexões no plano legislativo e as contribuições do ensino de História para a formação da consciência histórica dos alunos*, de autoria de Wilian Bonete Junior, faz uma abordagem, em perspectiva histórica, acerca das concepções conferidas no Brasil à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto da Resolução CNE/CEB 01/2000 e do Parecer 11/2000 e estabelece um diálogo com as questões da consciência histórica.

A partir da temática concernente a formação de professores no Brasil contemporâneo, Ana Paula Squinelo discute a configuração das Licenciaturas em História e suas possíveis implicações na formação docente, situando a implantação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) como política governamental dentro desse princípio. O artigo *A formação de professores no âmbito do subprojeto Pibid/História/UFMT/CPAQ: trajetórias, vivências e expectativas* apresenta também as experiências compartilhadas com um grupo de pibidianos que ingressaram no subprojeto da área de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Aquidauana.

Do Cafezinho à Feijoada: Práticas pedagógicas para promoção da Igualdade Racial na Escola Edna May Cardoso – Santa Maria/RS é uma reflexão sobre o resultado de pesquisas bibliográficas, documentais e orais desenvolvidas durante os anos de 2012 e 2013. Nesse artigo, Gilvan Silveira Moraes e Júlio Ricardo Quevedo Santos buscam analisar, discutir e retomar o processo de implementação da Lei n. 10.639/3 e da criação da “Semana da Consciência Negra” em uma escola na cidade de Santa Maria/RS, a partir das práticas

pedagógicas que as educadoras e os educadores presentes na instituição se utilizaram para a consolidação e aplicação da referida lei.

No artigo *Ensino de História regional em Mato Grosso do Sul: limites e possibilidades no uso do livro didático para o Ensino Fundamental*, Jackson James Debona analisa livros didáticos que entraram no Mato Grosso do Sul no período do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 2011, para o ensino de História, no esforço de compreender questões relacionadas à inserção dos aspectos regionais no âmbito dos conteúdos a serem ministrados nos anos finais do Ensino Fundamental.

Fechando o dossiê, temos o artigo *O lugar de formação de professores de História: breves notas sobre Eunápolis, campus XVIII da UNEB*, de autoria de Célia Santana Silva. Nesse ensaio, a autora apresenta e analisa a formação docente em História estabelecendo relações entre o contexto nacional e o Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), especificamente no campus XVIII em Eunápolis. Para tanto, faz uso das leituras e análises do projeto de reconhecimento do Curso, das diretrizes curriculares nacionais e de bibliografia de referência.

Na seção de artigos livros temos a contribuições de três estudos: Thomas Højemo, no texto *A leveza de andar, o desenvolvimento de políticas urbanas voltadas para os pedestres em Copenhague, Dinamarca (1960-2015)*, aborda a transformação do centro da cidade de Copenhague, na Dinamarca, ocorrida com a implantação gradual de calçadas entre os anos 1960 até os dias atuais; Ricardo Oliveira da Silva, em *A historiografia alemã no século XIX*, apresenta o desenvolvimento da reflexão epistemológica sobre o conhecimento histórico na historiografia alemã do século XIX, destacando que não houve uma abordagem monolítica em termos teóricos e metodológicos por parte dos historiadores alemães no momento em que se pensava a constituição da História como área do conhecimento; Natália Araújo de Oliveira, no artigo *“Conquistando o Oeste”: Amazônia Legal brasileira e o caso de Nova Xavantina/MT*, discute as políticas de colonização empreendidas para a região mato-grossense da Amazônia Legal brasileira, debatendo o ideário de integração nacional que perpassou essas e apresentando os atores desse processo na cidade de Nova Xavantina.

Esse número da Revista fecha com a resenha, de autoria de Valdeci Silva Cunha, da coletânea *Ángel Rama: um transculturador do futuro*, organizada por Joana Rodrigues e Flávio Aguiar e publicada em 2013 pela Editora da UFMT.

No mais, desejamos a tod@s uma excelente leitura!

Mairon Escorsi Valério; Renilson Rosa Ribeiro; Adriana Aparecida Pinto (organizadores do dossiê).